

A globalização cultural e os desafios para uma governança global democrática

Rafael R. Ioris

Professor Assistente da Universidade de Denver

Qualquer avaliação suficientemente atenta sobre o mundo de hoje teria que levar em conta o fato de que vivemos em um contexto global crescentemente interconectado no qual distintos grupos socioculturais são colocados em contato de maneira intensa e acelerada. Efetivamente, com base em processo de integração econômica que se intensificou a partir do pós-Segunda Guerra, o processo de Globalização atualmente em curso vem suscitando a integração crescente das realidades locais, criando uma situação de interdependência em escala mundial. Essa tendência, contudo, ocorre por meio de uma lógica complexa em que dinâmicas contraditórias atuam. Há, por um lado, o reconhecimento da unidade do todo, numa espécie de “compreensão/compressão” do mundo; e, por outro, passam a existir processos de diferenciação de identidade culturais, civis, políticas, nos quais novos eixos de orientação para a ação política se constituem.

Nesse novo cenário, uma reflexão sobre os impactos principais do fenômeno da Globalização na dinâmica de interação entre as múltiplas realidades culturais atualmente existentes coloca-se como um esforço heurístico necessário. O presente texto visa apresentar apontamentos preliminares sobre como a questão do contato intercultural tem evoluído na tradição teórica de Relações Internacionais. Da mesma

forma, procura-se também compreender melhor como seria possível promover padrões mais harmônicos de convivência multicultural dado que os mais variados grupos humanos se encontram nos dias de hoje, cada vez mais, em uma nova, acelerada e potencialmente conflitiva dinâmica de interações em uma escala nunca antes vista.

A Globalização, as Relações Internacionais e a Reflexão sobre o Contato Intercultural

É necessário que iniciemos reiterando a noção de que tomamos o fenômeno da Globalização com fenômeno que possui uma natureza multidimensional e complexa. Embora suas origens possam ser localizadas na formação de uma visão de mundo integrada que passa a existir no início do século XVI, é a partir da segunda metade do século XX que dinâmicas globais – tais como o controle nuclear, a problemática ambiental, e o movimento de descolonização – passam a ser consideradas como um eixo central para os direcionamentos políticos, em um processo que poderia ser definido como uma “tomada de consciência da realidade global” (Robertson 1992, 8). Instaurado por uma materialidade econômica e tecnológica que redefinem as estruturas da produção e do consumo, e que teve como principais atores as corporações transnacionais, é a partir dos anos 1970

que, de um modo ainda mais concreto, passa a existir uma nova lógica econômica em escala global.

O processo produtivo já não mais se organizaria então dentro das fronteiras nacionais e a acumulação econômica se dá cada vez mais com base nos avanços tecnológicos e em reestruturações gerenciais. Aumenta o grau de volatilidade do capital financeiro e há um aumento significativo e uma ampliação do comércio mundial. Da mesma forma, como resultado da combinação de revoluções tecnológicas (microeletrônica, robótica, biotecnologia) e administrativas (qualidade total e reengenharia), as corporações, o capital e a tecnologia desconectam-se crescentemente de suas origens nacionais. Ocorre ainda um progressivo aumento nos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos, e, pelo menos em termos tendenciais, um processo de homogeneização dos padrões de consumo globais.

É nessa linha de reflexão que podemos perceber um interessante contraste na da evolução do capitalismo internacional. Até meados do século XX, as interações socioeconômicas poderiam ser entendidas como ocorrendo, em linhas gerais, por meio de fluxos de comércio, produção, consumo e investimento colocados sob a regulação dos Estados. Por sua vez, no contexto de uma realidade definida como globalizada, a lógica produtiva passa a ser organizada em uma cadeia transfronteiriça, que escapa, em grande

parte, aos poderes regulatórios nacionais e internacionais impostos por órgãos interestatais criados para esse fim – tais como o Gatt e o Fundo Monetário Internacional.

Tantas e tão profundas transformações acabariam por se refletir pelas mais diversas sociedades atualmente existentes no globo, em um processo que tem conduzido a alterações nas percepções e concepções usadas para interpretar o mundo (Rosenau 1990). De fato, impulsionada pela transnacionalização da produção e do consumo, pela volatilização das finanças, pela atribuição de um papel maior para os atores transnacionais, pela aceleração das inovações tecnológicas, a Globalização acabaria por aprofundar a lógica de integração das realidades sociais locais, o que, por sua vez, conduz a desterritorializações das referências culturais tradicionais e à construção de uma concepção da integração cultural do mundo, ou Mundialização (Ortiz 1994).

Contudo, apesar de todas as transformações advindas da intensificação de um verdadeiro processo de ‘encolhimento’ do mundo (possibilitado por inovações nos meios de comunicação e transporte), é importante apontar que a tendência à universalização de valores e padrões de existência tem sido uma meta do projeto Ocidental desde o início da Era Moderna. Efetivamente, estabelecida com o propósito de pôr um fim definitivo à Guerra dos Trinta

Anos (1618-1648), percebida por seus contemporâneos como a mais devastadora das guerras religiosas até então, a Paz de Westphalia é considerada, segundo a tradição teórica das Relações Internacionais, como fundadora do Moderno Sistema de Estados. Esse sistema possibilitou a existência de um novo fundamento substantivo para as interações políticas intersocietárias por meio de uma lógica descentralizadora.

Em termos analíticos, a Ordem Westphaliana fez da ausência de uma autoridade central mundial a noção de base de um novo sistema de ordenação política que operaria por meio dos Estados territoriais, definidos como entidades autônomas, formalmente iguais, possuidoras de prerrogativas e direitos. A ordem interestatal se fundamentaria, por sua vez, no raciocínio de que entidades portadoras de uma igualdade formal apresentariam comportamentos definidos pelo respeito mútuo, e que, portanto, não se envolveriam em interações conflituosas, mas, alternativamente, iriam se dedicar a assuntos concernentes prioritariamente à realização de seus valores culturais específicos dentro da esfera territorial de cada sociedade estatal. Da mesma forma que o próprio Sistema de Estados, a reflexão teórica em Relações Internacionais também é fruto da modernidade, fundada, mais especificamente, em dois projetos de mundo originalmente formulados nos séculos XVII e XVIII.

De um lado estaria o Projeto Realista ou de ‘Balança de Poder’, traduzi-



do na Ordem Westphaliana de 1648, que postula a existência de um equilíbrio autoregulável no sistema de relações interestatais que influenciaria o comportamento de todos os Estados participantes. De outro lado, o Projeto Idealista ou Institucionalista, de origens localizadas, de maneira central, nos textos de Abbé de San-Pierre e Immanuel Kant, que postula a necessidade e possibilidade de construção da paz internacional por meio de acordos e instituições firmadas, de maneira preferencial, entre Repúblicas - ou democracias, na terminologia atual (Ruggie 1993). De modo similar, e apesar de suas divergências, tanto os autores Realistas quanto Liberais – sejam eles clássicos ou seus defensores mais recentes, como os Pluralistas, e assim como vertentes mais estruturais como os Marxistas têm, todos, defendido o expansionismo de determinadas posições de mundo, ditas universais, frente a entendimentos localmente constituídos.

É importante ressaltar que, intrínseca à lógica operacional fundante do projeto da Modernidade Ocidental, está uma suposição de verdade – que se tem demonstrado questionável em termos teóricos e práticos – que assume que a evolução histórica europeia representaria um caminho necessário que todas as sociedades humanas deveriam percorrer rumo a um progresso linearmente entendido como positivo e necessário. Da

mesma forma, o raciocínio fundacional da disciplina de Relações Internacionais manifestou historicamente pretensões universalistas e teve dificuldade em tratar da questão da diferença ou especificidade cultural (Brown 1995).

Ironicamente, ao longo do seu próprio processo histórico, para além da questão de poder formal dos Estados (sua soberania), o Sistema Westphaliano incorporou a categoria de Nação como foco de identificação das lealdades dos indivíduos circunscritos em cada Estado específico. Para além da formalidade do caráter soberano de cada Estado, a lógica westphaliana passa, a partir do século XIX a operar por meio de uma matriz de base nacional, que opera de tal modo que as relações de poder de base territorial passam a estar ancoradas em referenciais particulares, tais como identidade étnica, língua, tradição e outros supostos atributos de uma mesma nacionalidade.

A importância crescente de elementos de natureza ideacional é, contudo, o aspecto que define de modo mais central o fenômeno da Globalização no que se refere à sua dimensão cultural. Percebe-se nesse processo a constituição de duas tendências dialeticamente opostas. Por um lado, existem processos rápidos e crescentes de formação de uma ‘agenda comum global’ de assuntos ou interesses amplamente aceitos em todo o globo. Tais temas de interesse amplo atualmente se referem às questões do patrimônio comum da

humanidade, do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, da liberdade de expressão, da democracia, da autodeterminação dos grupos culturais, etc. Esses temas, dada sua própria natureza de universalidade e alta dispersão global nos mais variados contextos locais, constituem a base da edificação do que poderia, talvez no futuro, ser chamado de uma ‘Cultura Global Comum’ (Featherstone 1995). Por outro lado, devido a desafios, medos e reações por parte de grupos culturais específicos quanto à questão da disseminação de padrões e modelos globais de existência, ocorre um processo de autoafirmação dos modos locais de vida, o qual, na maioria das vezes, tem conduzido a conflitos ou a isolamentos intercivilizacionais.¹

Sabemos que o contato cultural sempre esteve presente na formulação que, historicamente, cada cultura definiu de si mesma em oposição a outras culturas. Afinal, a noção de identidade só faz sentido e opera sempre de modo relacional. A realidade da Globalização, contudo, envolve uma dinâmica de universalização de particularismos, valorizando realidades identitárias específicas, e, ao mesmo tempo, a intensificação da noção de que o mundo é um lugar comum (Ouer Global Neighborhood, 1995). Esse processo se caracteriza ainda pelo desenraizamento de aspectos culturais de origem particular e seu novo enraizamento numa outra realidade cultural, em que atributos novos seriam (re)combinados em uma escala ampliada.

1. Ver Barber (1995), Juergensmeyer (1993), e Gurr e Harff (1994).



A possibilidade de recombinação de aspectos culturais específicos que passam a constituir uma nova realidade cultural tem sido considerada de perto por diversos autores que a definem como um fenômeno de *hibridização* cultural (Appadural 1994 e Pietrese 1995). Ocorre, portanto, a articulação constante entre a criação da universalidade e da particularidade, como expressaria bem o conceito de ‘*globalization*’ – que expressa a idéia da localização das dinâmicas globais ao mesmo tempo em que se globalizam especificidades locais. O caso do micromarketing seria paradigmático desse aspecto da Globalização pois dentro de suas linhas de atuação, consumidores de localidades específicas são ‘criados’ por anúncios de origem globalizada que são reorientados para o mercado local - como exemplo poderíamos ter a criação do Big Mac vegetariano pela rede de lanchonetes MacDonald’s na Índia.

Dados novos desafios apresentados pela dinâmica histórica da Globalização, surge a necessidade de meios institucionais de comunicação e convívio intercultural. Nessa tomada de consciência de que o mundo é um lugar comum e de que o aumento dos contatos torna-se inevitável, temos que estabelecer maiores níveis entre os diferentes eixos de atuação política que, progressivamente, perpassam a realidade jurídica do Estado Nacional moderno. Necessitamos também reformular nossas práticas de investigação de um modo interdisciplinar a fim de que possamos tomar o mundo

como um todo integrado uma vez que a tradição da teoria social tomou como seu foco principal a sociedade nacional ou um grupo sociocultural específico – tradição essa que, nos dias de hoje, se tornaria um empecilho epistemológico uma vez que já não é mais possível estabelecermos claramente a distinção entre global e local, doméstico e global.

Felizmente, diversas análises a respeito de tais tendências têm sido propostas. Santos (1997), por exemplo, aponta para a necessidade de estudos e definições do fenômeno da Globalização a partir de um ponto de vista mais sensível às dimensões socioculturais distintas dos diversos grupos sociais envolvidos. Criticando o fato da supremacia das definições do fenômeno de Globalização que assumem uma inspiração economicista, o autor aponta para a necessidade de que se concebam ‘globalizações’ no plural, como processos por meio dos quais “determinada condição ou entidade local consegue estender sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local uma outra condição social” (idem, 107).

O fenômeno da Globalização não deve, pois, ser tomado como promotor de uma espécie de homogeneização cultural ou da eventual constituição de uma cultura única. Se há alguma cultura global atualmente em formação, esta estaria se efetivando no entrelaçamento complexo e multidimensional entre múltiplas culturas locais por

meio de crescentes fluxos de significados, pessoas e mercadorias. Esses fluxos produziram tanto homogeneidade quanto desordem cultural, fortalecimento de identidades locais e intensificação de culturas transnacionais (*third cultures*). Efetivamente, a pluralidade de respostas fornecidas por diferentes sociedades ao projeto social moderno implica que concebamos a existência de múltiplas modernidades – sempre no plural – cujas dinâmicas de interação dentro do contexto de um mundo globalizado não parecem capazes de, até o presente momento, eliminar tal pluralidade (Hannerz 1994).

De modo similar, a possibilidade de efetivação de uma cultura comumente partilhada, como meio de eliminação dos conflitos interculturais, tampouco parece ser algo provável. A realidade simbólica atualmente existente que tem recebido a atribuição de ‘cultural global’ – fruto da suposta universalização de alguns padrões de consumo de base norte-americana – não seria, de fato, nada mais do que uma miscelânea de motivos folclóricos desterritorializados por razões mercadológicas específicas, e, portanto, incapazes de criar verdadeiros vínculos culturais de sociabilidade (Smith 1994).

Globalização Cultural e os Desafios para a Governança Global

Impulsionada pela transnacionalização da produção e do consumo, pela volatilidade crescente dos



fluxos financeiros, pela atribuição de um papel maior para os atores transnacionais, pela aceleração das inovações tecnológicas e por uma espécie de *encolhimento* do globo (dadas às inovações nos meios de comunicação e transporte), o processo de Globalização aprofunda a lógica de integração das realidades sociais locais, o que, por sua vez, vem conduzindo a desterritorializações das referências culturais tradicionais e à construção de uma percepção da integração cultural do mundo. Ao mesmo tempo, contudo, vem crescendo também a necessidade de manifestação daquilo que é específico a cada um, seja esse um indivíduo, seja um grupo cultural específico.

No que se refere aos seus aspectos culturais, a Globalização apresenta, concomitantemente, dinâmicas de integração como de fragmentação, de inclusão como de exclusão, de universalização de padrões de comportamentos como de diferenciação de referenciais e valores de vida. Conforme vimos, o resultado político mais visível que a Globalização cultural viria trazer, com as tendências atualmente em curso, seria o aumento do nível de conflitos entre grupos de origens culturais distintas postos em um contato aproximado e acelerado num mundo comprimido sob si mesmo. Acirramento de choques interculturais, este, sim, parece ser o cenário mais provável da dinâmica de interação acelerada dada pela nova realidade globalizada por meio de uma lógica essencialmente mercadológica.

Mais do que fruto do destino, o fenômeno da Globalização se

constitui como resultado, indesejável para muitos, de novas formas, dinâmicas, níveis e intensidade de inter-relacionamentos sociais entre múltiplos agrupamentos humanos. Por um lado, percebemos que uma das mais fortes características da contemporaneidade é a disseminação de um repertório de símbolos e objetos esvaziados de seus conteúdos particulares, mas compartilhados em escala global, no qual o universo do consumo passa a assumir uma função de integração social como lugar privilegiado de uma diminuída noção de cidadania. Por outro lado, devido aos desafios, medos e reações por parte de grupos culturais específicos quanto à questão da disseminação de padrões e modelos globais de existência, ocorre um processo de autoafirmação dos modos locais de vida, que, na maioria das vezes, tem conduzido a conflitos ou a isolamentos intercivilizacionais.

Uma nova realidade sociopolítica que em nível global pudesse ser constituída como minimamente ordenada, estável e justa — e não em um *choque de civilizações* (Huntington, 1996)— envolveria a partilha de uma série de normas e códigos de conduta para a interação mútua nos processos deliberativos das políticas públicas globais por parte de todos os atores políticos relevantes. Da mesma forma, arranjos institucionais capazes de estabelecer maiores níveis de cooperação no sistema global requerem também a existência de normas e princípios definidores dos comportamentos aceitáveis por todos. Tais arranjos tendem a ser

mais duradouros quando tomam em consideração as múltiplas agendas das várias partes envolvidas. Em outras palavras, a permanência dos arranjos e acordos de cooperação multilaterais dependerá de que esses provenham de uma negociação equilibrada entre todas as partes envolvidas.

No contexto de uma realidade definida por crescentes níveis de interação em escala global entre os mais variados grupos sociais humanos, a democracia somente poderá se efetivar como resultado da complexa interação entre instituições sociais, econômicas e políticas nos mais variados de poder. O Estado é ainda um personagem central dessas estruturas e interações, mas não mais o único. A presente multiplicação de atores políticos (seja em escala local, nacional, seja transnacional), aliada à crescente percepção dos limites institucionais das estruturas formais da democracia liberal, exige, pois, a formulação de novos arranjos político-institucionais que atendam às diferentes demandas e interesses, por parte de distintos grupos socioculturais, dentro das múltiplas esferas de interação política de um mundo cada vez mais interconectado.

De modo efetivo, a promoção de interações intersocietárias que possam ser definidas como harmônicas dentro do atual contexto da Globalização passa cada vez mais pela reformulação das estruturas de coordenação das dinâmicas sociopolíticas globais, de modo a serem capazes de demonstrar aos múltiplos agentes



envolvidos nos processos de tomada de decisão que seus interesses, valores e demandas sociais são tidos como relevantes e serão, possivelmente, atendidos. Uma estrutura de governabilidade global que seja viável – devendo, portanto, ser de matriz democrática – teria que se centrar na negociação política como alternativa à guerra, portanto, em formas alternativas de prevenção de conflito, na tolerância e na não discriminação de grupos sociais por razões de alteridade. Tais arranjos e lógica teriam, também, que ser capazes de garantir a manutenção da diversidade cultural dos diferentes grupos humanos, operando por meio de agências de coordenação política em múltiplos níveis: subnacional, nacional, regional, supranacional ou transnacional. Somente uma lógica de governança global percebida como resultando de contínuos processos de acomodação de interesses sociais distintos, e envolvendo instituições formais e informais (construção de valores comuns via promoção do diálogo intercultural) de atuação poderá vir a ser viável, efetiva e duradoura.

Melhores níveis de entendimento das motivações de cada parte envolvida em projetos de natureza global poderiam reduzir o temor que diversos grupos sociais manifestam com respeito a várias dinâmicas constitutivas do fenômeno da Globalização. E são exatamente maiores níveis de entendimento mútuo das motivações de cada grupo cultural que poderiam ser vislumbradas, pelo menos em tese, como resultado da ampliação das esferas de coordenação e deliberação política em escala global, assim como do fortalecimento dos canais de comunicação intercultural por meio dos quais diversos atores sociais manifestam seus projetos e valores de vida. A existência de interações pacíficas entre grupos culturais distintos numa escala ampla é, pois, possível e desejável como projeto político que, no entanto, deve ser visto como parte de uma ampla série de esforços que buscam o estabelecimento de, não somente padrões de coexistência entre grupos sociais de origem cultural distinta, mas também de mecanismos capazes de fazer com que cada grupo se identifique como parte integrante de um todo que partilha um destino comum. Dentro do ambiente criado por um mundo cada vez mais integrado, mas que até o momento manifesta uma lógica motivadora da ação política de inspiração economi-

cista (competitiva e de mercado), a formulação de um projeto comum parece inviável.

No entanto, um mundo que se integra e apresenta dúvidas e ameaças é a mesma realidade que oferece, provavelmente pela primeira vez na história humana, a possibilidade de estabelecimento de contato e comunicação entre virtualmente todos os membros da espécie humana. A tecnologia de comunicação global se encontra já disponível. Caberia, ainda, contudo, que cada grupo cultural, assim como cada indivíduo, assumisse seu futuro como parte de um destino comum que apresenta (assim como os riscos e custos da não execução de tal cenário) as potencialidades da construção de um destino mais pacífico e recompensador do que jamais antes visto.

Referências

- Appadural, Arjun (1994) 'Disjunção e diferença na economia cultural global', in M. Featherstone (ed.), *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Pe-tropólis, Vozes.
- Barber, Benjamin (1995) *Jihad vs. McWorld*, New York, Balentine Books.
- Brown, Chris (1995). 'The International Relations Theory and the Idea of World Community', in Booth & Smith, *International Relations Theory Today*. University Park, Pennsylvania State University, p.90-109.
- Featherstone, M.; Lash, S.; Robertson, R. (ed.) (1995) *Global Modernities*. London, SAGE.
- Gurr, Ted R. & Harff, Barbara (1994) *Ethnic Conflict in World Politics*. Boulder, Westview Press.
- Hannerz, Ulf (1994) 'Cosmopolitas e Locais na Cultura Global', in M. Featherstone (ed.), *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Huntington, Samuel P. (1996) *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, New York, Simon & Schuster.
- Juergensmeyer, Mark (1993) *The New Cold War? Religious Nationalism Confronts the Secular State*, Berkeley, University of California Press.



- Ortiz, Renato (1994) *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- Our Global Neighborhood the Report of the Commission on Global Governance (1995). Oxford, Oxford University Press.
- Pieterse, Jan N (1995) 'Globalization as Hybridization', in M. Featherstone, S. Lash; R. Robertson, R. (ed), *Global Modernities*. London, SAGE..
- Robertson, Roland (1992) *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London, SAGE.
- Rosenau, James (1990) *Turbulence in World Politics: a Theory of Change and Continuity*. Princeton, University Press.
- Ruggie, John (1993) 'Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations', *International Organization* vol. 47, n. 1.
- Santos, Boaventura de S (1997) 'Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos', *Lua Nova*, n. 39.
- Smith, Anthony (1994). 'Para uma Cultura Global', in M. Featherstone (ed.), *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*, Petrópolis, Vozes.